

PEQUENOS OFÍCIOS: TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA NA CIDADE

Cid Douglas Souza Pereira¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão em torno das categorias conceituais de trabalho. Para tentar compreender o mundo do trabalho e dos trabalhadores, em especial os antigos barbeiros, o almejado é, a partir da memória, recompor o cenário dos pequenos ofícios, em que os homens são mais criativos, livres e distantes dos olhares vigilantes dos meios reguladores próprios das grandes fábricas. Portanto, a intenção é reconstruir o universo desses profissionais urbanos, que fazem do seu ofício uma arte que caminha na contramão das implementações da modernidade, e praticam isso no momento em que, em nome de costumes e hábitos, conservam antigas tradições. Ao revelar aspectos da história sob a ótica de categorias laborais ou de pessoas comuns, o pesquisador certamente estará contribuindo para uma visão mais ampla e diversa da multidão de trabalhadores que, assim como os de “cima”, são capazes de narrarem sua trajetória de vida e a história da cidade em que vivem, entrelaçando memória individual e coletiva.

Palavras-chave: Cidade. Trabalho. Barbeiros.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos tem crescido a importância do trabalho e o debate em seu entorno. Na própria academia é possível perceber a relevância e o alargamento da História do Trabalho. Isto pode ser constatado pelo grande número de autores que desenvolvem diferentes pesquisas, que muito tem contribuído com o fortalecimento de grupos de estudos sobre a temática.

O trabalho vem sendo apresentado como meio responsável pela sobrevivência do ser humano enquanto ser social. Contar a história de uma classe subalterna, que de forma autônoma conseguiu uma inclusão social, torna-se um constante desafio aos historiadores do trabalho.

Dessa forma, sendo o esperado traçar o mundo dos trabalhadores, mas precisamente o dos velhos barbeiros de Campina Grande, se faz necessária uma argumentação que seja balizada por autores que buscam entender o universo urbano por meio de atividades laboriosas. Assim, o intuito é recorrer aos anais da memória com o propósito de dar voz a pessoas comuns silenciadas e esquecidas, as quais são hábeis em tecer sua própria história. A partir da “história vista de baixo”, é possível reconstruir particularidades, revelando práticas cotidianas, culturais e experienciais de trabalhadores anônimos que veem no seu ofício um constituído existencial e social.

A proposta é acompanhar a trajetória dos barbeiros e entender o significado desses sujeitos sociais à cidade, e por meio de suas experiências compreender a vivência desses trabalhadores no meio urbano campinense. A pretensão é analisar a maneira como esses profissionais percebem, pensam, vive e age na cidade a partir do seu local de trabalho, os quais fazem do seu espaço não só um lugar de subsistência, mas também um ponto de encontro do público masculino, e talvez esta seja a hipótese que justifique a sobrevivência desse pequeno ofício e das antigas barbearias.

¹ Mestrando em História – Universidade Federal de Campina Grande. Contatos: E-mail: ciddouglas@yahoo.com.br

E. P. THOMPSON: expoente da classe trabalhadora

Para discorrer sobre mundos do trabalho os conceitos próprios da História Social² produzidos e defendidos pelo inglês E. P. Thompson é o que melhor se adequa aos propósitos deste artigo, a saber, dissertar sobre a categoria *trabalho*, suas implicações, importância e relevância. Thompson a partir da “história vista de baixo” elege como objeto de estudo a formação da classe operária inglesa em meio ao processo de industrialização, que pode ser expressa em sua vasta obra sobre os movimentos sociais na Inglaterra.

Assim sendo, em meio às diferentes concepções historiográficas, o trabalho de E. P. Thompson revela-se bastante elucidativo às ações humanas e suas experiências como os verdadeiros construtores da História Social. Em “A formação da classe operária inglesa”,³ é notória a preocupação do autor com uma análise “sempre encarnada em pessoas e contextos reais” (THOMPSON, 2012, p. 10). Ao pensar a história das pessoas comuns, ele procura relatar experiências e memórias silenciadas na construção da história. Como se constata no volume I – A árvore da liberdade (2012), quando o autor descreve com minúcias as características das personagens, as circunstâncias e o contexto onde viviam.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro Luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” (...) Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles vivem nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 2012, p. 13).

Por ser Thompson um autor que procura evidenciar os feitos de pessoas comuns, é possível identificar em sua obra a prioridade à noção de experiência histórica⁴ e cultural. Estes conceitos serão fundamentais à problematização e compreensão do universo dos trabalhadores subalternos, marginalizados e autônomos, como é o caso dos velhos barbeiros de Campina Grande.

Thompson também é responsável por uma revisão do conceito de *classe social* e sua formação, que para ele esta só passa a existir a partir de uma perspectiva histórica. A classe não existe fora do campo da experiência, ela não deve ser vista como uma “coisa” (THOMPSON, 2012). “Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica” (op. cit., p. 9).

² Com relação à História Social e seus respectivos representantes e tendências, observar CARDOSO, Ciro Flammarion et al. (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

³ *A formação da classe operária inglesa* está escrita em três volumes. O volume I – *A árvore da liberdade* – trata de recuperar e compreender o sentido das tradições populares vigentes no século XVIII. No volume II – *A maldição de Adão* – o autor apresenta-nos, com detalhes, a experiência da mudança de vida de alguns grupos trabalhadores, a partir da presença ameaçadora da fábrica em plena Revolução Industrial e destaca a expressão cultural e política da consciência de classe operário, advinda dessas experiências. No último volume conhecemos *A força dos trabalhadores*, os quais, mediante a imposição do silêncio, da censura e da repressão das classes dominantes, tecem na clandestinidade suas experiências, produzindo a história do radicalismo plebeu até o momento heroico de manifestação de uma tentativa de revolução democrática.

⁴ O conceito de experiência serviria para Thompson como um modelo unificador das ações dos trabalhadores. Em a “Miséria da teoria” e no prefácio do volume I de “A formação da classe operária inglesa”, o autor traz a seus leitores o conceito de experiência histórica e cultural como modelo catalisador de ação social. (Ver com maior detalhe em ALFREDO, João. Carta de Campos Melo Júnior. In: THOMPSON, Edward. **O conceito de experiência histórica**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, Julho 2011, p. 2 e 3.)

A classe não é algo dado nem tão pouco a consciência, esta última surge com a experiência. Então o indivíduo precisa sentir-se pertencente a uma determinada classe social. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si” (op. cit., p. 10).

Thompson parece contrário à ideia de *classe social* defendida por uma parcela marxista, “não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria” (op. cit., p. 9). Assim, é necessário que os trabalhadores vejam-se enquanto classe, pois esta não está condicionada à posição econômica ocupada pelo indivíduo, não é algo definido, determinado, pronto e acabado, como defendiam e pensavam os marxistas ortodoxos. Estes argumentavam a necessidade de um guia, um intelectual, um líder ou partido que contribuísse com a gestação e aprimoramento da consciência de classe, sendo este também capaz de indicar um caminho condutor da liberdade social e político, mas para Thompson “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 2012, p. 12). Portanto, em Thompson, há um longo caminho até a formação da classe, fruto igualmente de longo caminho rumo à consciência por parte dos trabalhadores em luta, isto durante década e décadas.

Thompson também é considerado um dos grandes estudiosos da cultura, e faz isto mediante uma forte proximidade com as tradições antropológicas, como pode ser detectado em sua obra “Costumes em comum”, onde o autor analisa as relações conflitantes entre a cultura dominante e a plebeia. Neste embate ele mostra que o povo, assim como os governantes também exercem uma autonomia, que se revela por meio de uma cultura tradicional rebelde que resiste em nome dos costumes às inovações do mercado ou aos avanços capitalistas. “A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (...) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores queriam impor” (THOMPSON, 2012, p. 19).

Para Thompson o conceito de *cultura* surge a partir da experiência humana consubstanciada pelas relações sociais em que se evidenciam comportamentos, vivências e costumes. Sendo assim, é notória a importância de Thompson aos historiadores do trabalho, tendo em vista que ele tem como compromisso social resgatar sujeitos anônimos e esquecidos pelas grandes matrizes da historiografia, e os apresenta como personagens e atores sociais de sua própria história. Em suma, a grande contribuição de Thompson é que ele promove visibilidade aos de baixo, e faz isso ao lançar os holofotes da historiografia sobre os atos de homens comuns, os quais do seu local de trabalho constroem sua trajetória de vida.

O TRABALHO E SUAS DEFINIÇÕES

Desde Engels se discute que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”⁵.

Para Marx, o trabalho é o meio específico que surge no valor da mercadoria, é a base fundante da evolução humana. Já a alienação do trabalho, subordina o indivíduo e o distancia de sua emancipação.⁶

Sendo assim, trabalho, é um termo que suscita constantes contradições: para alguns liberta, promove bem-estar, realização pessoal, ascensão, progresso, prosperidade e riqueza; para outros escraviza, fadiga, estressa, explora, empobrece, castiga e humilha. Nessa perspectiva, deve-se reforçar a distinção feita pelo Marx entre trabalho concreto e o abstrato, o

⁵ Cf. ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1990, p. 269.

⁶ Cf. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Livro I, v. 1, 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

primeiro refere-se a atividade útil e positiva que promove um autodesenvolvimento indispensável a vivência humana; por sua vez o último, representa o que se poderia chamar de negativo ou trabalho morto, que tem por finalidade a criação de mais-valia, ou simplesmente trabalho alienador e valorizador do capital, em que o trabalhador está separado de sua própria criação.

A designação *trabalho* vem no decorrer dos séculos sofrendo diferentes mutações⁷, isto principalmente entre a passagem do período medieval a era moderna. Se considerada a condição de alienação, a palavra *trabalho* poderia ser interpretada como *tortura*, ou ainda ser associada à perda da liberdade por referir-se aos escravos romanos, eram eles que faziam as tarefas práticas pertencentes aos patrícios, conforme mostra Franco Júnior (2001)⁸. Pode-se dizer que trabalho representava um suplício, uma tortura, até mesmo uma condição inferior, se considerada a posição do escravo.

O conceito de *trabalho* passa a ganhar uma nova conotação com a chegada da urbanização e do comércio. É na urbes que o trabalho tem uma maior valorização, nesse momento ele é visto como enobrecedor e ação dignificante. Se antes o trabalho era uma tarefa reservada mais aos cativos, agora assume uma posição privilegiada e importantíssima no desenvolvimento de uma sociedade.

Certamente o trabalho constituiu-se como uma das categorias mais valorizadas e que pode ser tida como um dos pilares básicos da modernidade. Pode-se mesmo dizer que o trabalho é em grande parte responsável pela emergência do mundo moderno, afinal, ele foi elevado de castigo divino à condição de instância humanizadora. Base de toda existência humana, uma das vias capazes de conduzir os homens para um estágio superior de civilização. (CABRAL FILHO, 2009, p. 71).

É com a chegada da modernidade que o trabalho assume uma nova significação e tende a ser visto como elemento impulsionador de acúmulo de riqueza e da produção de alimento, contribuindo com uma suposta progressão social dos indivíduos que buscam na labuta uma realização ou afirmação social e econômica⁹.

Nesse sentido, autores como Chalhoub (2001)¹⁰, em “Trabalho, lar e botequim”, analisam o cotidiano dos trabalhadores que viviam na cidade – capital do Brasil – Rio de Janeiro. A abordagem parte de uma discussão em torno das singularidades particulares compartilhadas por pessoas comuns, seja no trabalho, no lazer, nos conflitos e repressão.

Bresciani (1994) também apresenta questões relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores. Tomando como referência os operários de Londres e Paris, a autora analisa a ocupação urbana por uma “multidão de trabalhadores” e seus problemas cotidianos como: “os efeitos devastadores da aglomeração urbana, o emprego casual, as más condições de suas moradias, acrescidas com superpopulação e a mendicância como flagelo social” (BRESCIANI, 1994, p. 23).

⁷ Cf. ALVORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos)

⁸ Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁹ As atividades laborativas passam a ser tão importantes, que como ressalta Franco Junior no Capítulo II – “As Estruturas Econômicas”, já no final da Idade Média começam a surgir as primeiras corporações de ofício, as quais reuniam trabalhadores artesãos urbanos ligados a um mesmo ofício. Estas instituições visavam, sobretudo, garantir os interesses e direitos dos trabalhadores. As corporações também tinham uma composição básica de mestres e aprendizes. Estes últimos geralmente eram parentes do mestre e prestavam serviços pelo aprendizado.

¹⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. Sidney Chalhoub defende em 1984 sua dissertação de Mestrado e depois, em 1986, editada como livro, “Trabalho, lar e botequim”. Os materiais utilizados como fonte foram os manuscritos de processos criminais de homicídios (1898-1911).

Outro fato apontado por Bresciani, é que a cidade é um lugar de migrantes que vieram com a intenção de conseguir um trabalho regular para sobreviver, quando se deparam com os desencontros e a problemática da vivência urbana, a intenção é de retornar o mais rápido possível ao lugar de origem. É nesse momento que a ilusão de morar no moderno centro urbano desaparece, restando apenas frustração. Para Bresciani (1994, p. 96), “as várias marcas tornam reconhecidas uma cidade industrial são: a miserável, a atrofiada, a decrepita e frequentemente mutilada aparência dos trabalhadores cansados que podem ser visto em casas geralmente sujas e desagradáveis”. Esta fileira de trabalhadores pobres que só aumentava no espaço urbano londrino e parisiense, causava espanto à burguesa, que as enxergava como categorias de classes perigosas.

Já Marins (1998) mostra que no Brasil, no período da *bellé époque*, não era diferente. Restava ao operário ocupar os espaços periféricos afastados dos grandes centros, “uma solução (...) moradias coletivas tradicionais foi a das vilas operárias ou das casas populares, já presentes no Rio de Janeiro desde os fins do Império.” (MARINS, 1998, p. 174). Portanto, a problemática social urbana dificulta a moradia e a própria sobrevivência do trabalhador.

Ainda sobre trabalho e sua etimologia, muito embora que coloque Marx como um idealizador da glorificação do trabalho e da redução do homem a um animal que labora,¹¹ cabe a Hannah Arendt o mérito de ter acompanhado as principais transformações sofridas pela palavra *trabalho* e sua distinção de *labor*.

Para Arendt (2010), o trabalho é responsável por produzir um mundo artificial entre o ser humano e a natureza que seria os objetivos de uso. “O trabalho é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana (...). O trabalho produz um mundo artificial de coisas” (ARENDT, 2010, p. 15). Enquanto isso, o labor pode ser compreendido como uma atividade destinada a produzir tudo o que é vital ao homem, onde ele retira da natureza o que lhe é necessário a sua sobrevivência. “O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano (...). A condição humana do labor é a própria vida” (ARENDT, 2010, p. 15).

Ainda se acrescenta que o labor é uma atividade que requer esforço físico, o trabalho estabelece como pré-requisito à racionalidade para sua operacionalização. Dessa forma, o ser humano trabalha para suprir suas carências, para isso produz alimentos e bens duráveis, esta é a condição para que ele permanecer em sociedade. Assim, sempre haverá uma necessidade humana a ser suprida por meio do trabalho, seja ele manual ou intelectual.

Também, em “A condição humana,”¹² Arendt tece uma série de críticas à sociedade moderna, suas relações políticas e cotidianas. Para ela, o ser humano é reduzido, pensado, visto apenas pelo prisma da dimensão economista do trabalho, e é necessário considerar não só as formas mais elementares de trabalho, as diretamente relacionadas à sobrevivência. Mas às atividades onde o homem a partir de uma racionalidade, consegue produzir bens duráveis e significativos à sociedade.

Portanto, o ser humano não deve ser visto como um animal que simplesmente labora que realiza trabalhos não qualificados, voltados, sobretudo, à produção de objetos indispensáveis à conservação da espécie. Há nesse homem uma concepção mais integral, plural e política, que é negligenciada por aqueles que só veem na ação humana o prisma econômico.

¹¹ Sobre a autora. Dantas (2013, p. 2-18) informa que “A crítica de Arendt a Marx surge num determinado contexto do Pós-Guerra e a partir da sua notória preocupação intelectual com o tema da liberdade do totalitarismo. Através de longas pesquisas e textos de fôlego que irá elaborando sobre e contra o nazismo, Arendt vai ocupar-se, em plena era da Guerra Fria, de uma de suas maiores inquietações: a do vínculo provável entre o totalitarismo stalinista e a teoria marxista. Em busca de resgatar forma sua grande crítica a Marx e a toda moderna concepção de trabalho”. (Ver DANTAS, Gilson. A crítica de Hannah a Karl Marx. **Revista Sociológica em Rede**, v. 3, n. 3, 2013.)

¹² ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2010.

A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária (...). A sociedade que está para se libertar dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade. (ARENDR, 2010, p. 53).

A HISTÓRIA DO TRABALHO EM AMPLIAÇÃO

Linden (2010) apresenta o conceito de *História do Trabalho* e discute o quanto cresceu na academia as especulações e o interesse por parte de diferentes intelectuais, sobretudo os historiadores¹³, em tentar compreender o mundo do trabalho e os trabalhadores, seja na convivência cotidiana ou na contextualização das suas lutas.

O termo “História do Trabalho” tem um significado duplo. A rigor, o conceito refere-se à História do Movimento dos Trabalhadores: partidos, sindicatos, cooperativas, greves e fenômenos relacionados. (...) O conceito refere-se também à História da Classe Trabalhadora: o desenvolvimento das relações de trabalho, vida em família, mentalidades, etc. (LINDEN, 2010, p. 35).

A História do Trabalho tem ganhado projeção mundo afora, não só por preocupar-se com as questões pertinentes ao trabalhador assalariado, mas principalmente por alargar fronteiras. Hoje o objeto de estudo não se resume aos operários fabris, diferentes sujeitos sociais têm sido referenciados pelos historiadores do trabalho, como: agricultores, chapeados, operários, escravo, enfim, trabalhadores livres e não livres. “O estudo das relações de trabalho engloba o trabalho, bem como o não-livre, o pago, bem como o não pago” (LINDEN, 2010, p. 52).

Como o trabalhador apontado por Marx merece ser estudado, é necessário incluir outros grupos de trabalhadores marginalizados, a exemplo dos escravos, mineradores, barbeiros, etc. Com isto se amplia o conceito de *classe trabalhadora*, quando se inclui na pauta da pesquisa de campo categorias de trabalhadores livres, não livres, rurais e urbanos. Eles, como os trabalhadores assalariados reais de Marx, que dispunham da força de trabalho como “sua própria mercadoria” (op. cit., p. 53), também devem ser citados, mesmo que desempenhei um ofício considerado menor.

Portanto, cabe ao historiador do trabalho resgatar a história desses anônimos profissionais, que assim como o operariado fabril, precisam ser analisados e integrados a uma organização de vários grupos de “trabalhadores subalternos” (op. cit., p. 53).

No momento em que o historiador do trabalho começar a focalizar diferentes categorias de trabalhadores, estará banindo uma série de negligências e trazendo à cena histórica os profissionais de pequenos ofícios. Desse modo, haverá também uma ampliação no conceito de *classe trabalhadora*, a qual até certo tempo era vista como uma instituição reducionista, voltada apenas ao trabalhador livre e assalariado das grandes fábricas. Assim, a História do Trabalho tem sido abrangente em diferentes aspectos e categorias de trabalhadores.

[...] Gostaria de chamar esta classe de classe trabalhadora subalterna ou ampliada. Seus membros formam um grupo muito variado: incluem escravos, meeiros, pequenos artesãos e assalariados. É a dinâmica da “multidão” que devemos tentar

¹³ Sobre esta questão, o autor destaca que no Brasil tem aumentado de tal forma o interesse pela História do Trabalho, que desde os anos 2000 foi criado no interior da Associação Nacional de História (ANPUH) o Grupo Mundos do Trabalho. Cf. LINDEN, Marcel Van der. História do Trabalho para além das fronteiras. **Cad. AEL**, v. 27, n. 29, 2010, p. 34-64.

compreender. (...) No seu longo desenvolvimento o capitalismo se utilizou de vários tipos de relações de trabalho. (LINDEN, 2010, p. 53).

Esta citação é importante porque ressalta outra discussão, que o capitalismo moderno cria e recria diferentes alternativas de mercantilização do trabalho com o propósito de atender aos seus interesses, e estas variantes merecem ser contempladas pelos estudiosos do mundo do trabalho.

Cláudio Batalha (2006) também observa que nos últimos anos as conquistas da História do Trabalho tem ganhado novas proeminências. A sua posição assemelha-se à dos demais pesquisadores do mundo do trabalho, de que é preciso evitar o jogo controverso de contrapor os diversos recortes. Fazer isso é ser “sensível” a outras questões ou problemáticas, que ultrapassam a noção de *classes sociais*, “como as questões de gênero, raça e etnia” (BATALHA, op. cit., p. 89).

Outra amplitude percebida por Batalha (op. cit.) relaciona-se ao recorte geográfico. Hoje as pesquisas e discussões não se restringem mais entre o eixo Rio-São Paulo, distintas regiões são englobadas e ajudam a formar uma rede de integração sustentada pela pesquisa em torno da temática *trabalho* e do trabalhador. “Cada vez mais é possível encontrar pesquisas que têm como recorte geográfico localidades onde o trabalho industrial está longe de ser significativo” (BATALHA, 2006, p. 90).

Logo, contar a história de uma classe trabalhadora deve ser tarefa do historiador que busca na contextura de profissionais subalternos ou não, entender como estes conseguem se afirmar como sujeitos sociais no meio urbano.

SOBRE O OFICIO DO BARBEIRO

O ofício do barbeiro tem lá suas peculiaridades, no século XV, a expressão “barbeiro” era atribuída a qualquer atividade mal executada, isto porque este profissional não só cortava cabelo e barba, mas também realizava outras atividades, como pequenas cirurgias, extraía dentes, removia calos, unhas, entre outros. Muitas vezes, os serviços deixavam consequências desagradáveis ao paciente, daí o preconceito: “serviço de barbeiro”. No entanto, o fato é que barbeiro cirurgião era uma das profissões mais comuns na área médica durante a Idade Média, só em 1745 é que os cirurgiões separaram-se dos barbeiros, quando foi criada a Escola Real de Cirurgiões da Inglaterra. Antes disso, alguns tipos de barbeiros praticavam pequenas cirurgias, sangrava, lancetava, e outros, cortavam cabelos, barba e alugavam sanguessugas.

Nessa época os instrumentos iam além da tesoura e da navalha, eram: pente, lanceta, ventosa, sabão, pedra de amolar, bacia de cobre, escapelo, boticão, pedra hume, truques e sanguessuga. Ainda conforme Santos Filhos (1991), as atividades dos barbeiros-cirurgiões perdurou até o século XIX. Mesmo antes desse século, era comum aos barbeiros saírem pelas províncias oferecendo seus serviços, inclusive até práticas de cura. Talvez por viajarem tanto, estes profissionais acabavam se tornando bons conselheiros e pessoas sociáveis.

Acredita-se que a profissão de barbeiro surgiu na Grécia antiga, pois parece vir de lá a preocupação com a estética masculina. No Egito Antigo, os pelos do corpo eram usados para diferenciar os membros da sociedade. Os mais abastados cultivavam a barba como sinal de seu status, mas a falta dos pelos não indicava desmerecimento, pois os sacerdotes geralmente apresentavam-se em público depilados. Na sociedade romana a barba representava um ritual de passagem entre a infância e a juventude.

Na Idade Média a barba representava o cisma entre católicos e ortodoxos, geralmente a classe sacerdotal ortodoxa preservava a barba, o mesmo ocorria com os judeus e mulçumanos. Se analisado nos dias atuais, apresentar-se barbudo dentre outras simbologias, simula uma forte marca da exagerada vaidade masculina com os pelos da face que, às vezes,

perde até sua função fisiológica de proteger e aquecer o rosto para tornar-se ícone de ostentação e virilidade.

Porém, a grande discussão não é sobre a preservação ou o não uso da barba, o que interessa é reconhecer que desde eras longínquas o ofício do barbeiro tem confirmado sua importância, isto não só entre público masculino que geralmente busca estética e higiene pessoal, mas também aos primórdios da medicina.

A CIDADE PELA VIA DA MEMÓRIA E DO TRABALHO

“Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (BOSI, 2015, p. 69). Esse fragmento traz uma inspiração quando se quer escrever sobre cidade, ela que surge, que é construída e reconstruída pela memória daqueles que vivenciaram sua forma embrionária, seu crescimento, o vai e vem das suas ruas, o frenesi do centro comercial, as principais mudanças e permanências na sua arquitetura e infraestrutura.

Nesse sentido, o resgate das vozes silenciadas de uma categoria de trabalhadores, os barbeiros, possibilitará uma melhor compreensão sobre a cidade e suas relações sociais no espaço urbano campinense.

A cidade de Campina Grande foi local de conflitos e tensões, como mostra Fábio Gutemberg, em “Território de confrontos”, em que o autor, ao mesmo tempo em que busca “compreender a vida de grupos e categorias profissionais específicas” (GUTEMBERG, 2006, p. 18), faz um mapeamento, uma espécie de cartografia da história da cidade.

Assim sendo, a partir dos anais da memória será possível traçar a história da cidade de Campina Grande, dos anos de 1960 a 1980, através da trajetória de vida dos antigos barbeiros, que do seu local de trabalho, a barbearia, conseguem despontar como personagens históricos e atores sociais possuidores de uma experiência, que por meio do relato oral, torna-se merecedora de ser compreendida, resgatada e divulgada.

Para Gwyn Prins (1992, p. 192), “a história oral é a que melhor reconstrói os particulares triviais das vidas das pessoas comuns”. Através das lembranças e dos testemunhos orais são revelados os conflitos, as práticas culturais, as experiências, as lutas cotidianas, a própria visão dos sujeitos esquecidos sobre suas vidas e acerca do mundo ao seu redor.

Todo trabalho que recorre à oralidade como método de pesquisa deve destacar a importância dos estudos acerca da memória, nesse aspecto, Bosi (2015, p. 480) percebe que é comum a memória dos velhos vim acompanhada por atividades laborativas desde “a infância ao limiar da velhice”. Então, o sentido da vida parece ser a ação do trabalho como meio significativo e existencial. “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia” (BOSI, 2015, p. 481).

Ainda sobre a memória, é importante perceber o quanto esta é produtor de significados e representações revelando-se através dos quadros sociais do indivíduo. “Sociável, sobretudo, porque o indivíduo só se explica na vida comunitária” (MEIHY, 2011, p. 68). Por sua vez, Halbwachs (2006) também entende que a memória é um fenômeno coletivo e social, e como tal estaria sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes. Para este autor existe um processo de “negociação” na conciliação de memórias individuais e memória coletiva.

Da mesma forma, Pollak (1992) afirma ser a memória um fenômeno construído social e individualmente. Portanto, a construção da memória do indivíduo é condicionada a vivência deste com o seu grupo e as instituições sociais.

Por ser a proposta trabalhar com a reminiscência de velhos barbeiros, que fazem do seu local de trabalho um espaço também de sociabilidade, Walter Benjamin, em seu texto “O

narrador”, estabelece uma discussão nesse sentido, quando discorre sobre o conceito de *narrativa* e extinção da figura do narrador. Para ele, o narrador é uma figura extremamente importante por transmitir em seus relatos sabedoria e experiência.

“As experiências estão deixando de ser comunicáveis (...). A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (BENJAMIN, 1994, p. 200 e 201). Além disso, “o homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado” (op. cit., p. 206). Portanto, a cada dia fica evidenciado que, aos poucos, na chamada cultura moderna, o narrador tradicional já não atrai ouvintes, ele não consegue mais juntar pessoas prontas a escutar suas experiências, contos e outros episódios do cotidiano.

Assim, o que prevalece hoje é um isolamento do indivíduo, que se basta com a condensada informação, bem como uma visível extinção do narrador e a declarada morte da narrativa. “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (op. cit., p. 205).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta singela apresentação sobre a importância do trabalho e suas principais definições, bem como as diferentes problemáticas que circundam esta temática, seja na vivência social, no meio urbano, nos conflitos e na repressão cotidiana, espera-se que este artigo tenha facilitado a elucidação sobre a categoria *trabalho* e as transformações que esta designação vem sofrendo. A qual com o advento da modernidade passa de uma conotação negativa à ressignificação da ação humana.

Diante das indagações e afirmações apresentadas, ampliam-se o campo de possibilidades quanto à busca de alternativas nas experiências e no cotidiano particular de pessoas comuns, facilitando o entendimento dos acontecimentos sociais e históricos que fazem parte da vivência das categorias de trabalhadores da cidade, em especial os barbeiros. Que as narrativas destes trabalhadores promovam a compreensão sobre suas vidas, a história e o mundo do trabalho em Campina Grande-PB.

Dessa forma, a partir de uma perspectiva da “história vista de baixo”, o pesquisador estará provocando o brado de sujeitos sociais emudecidos e olvidados, os quais têm muito a dizer sobre suas práticas e experiências na cidade. Assim, tomando como base seus relatos, pode-se desvendar um pouco de sua história, sua cultura, seus hábitos e costumes.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2010.

BATALHA, Claudio, H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13 n. 23/24, jan./dez. 2006.
Companhia das Letras, 2015.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas: Magia e técnicas, arte e política**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. Modernização e trabalho: as dores do progresso. In: **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história (1930-1950)**. Campina Grande – PB: EDUFPG, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion *et al.* (orgs.). História das Mentalidades e História Cultural. In: **Domínios da História de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

DANTAS, Gilson. A crítica de Hannah a Karl Marx. **Revista Sociológica em Rede**, v. 3, n. 3, 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 41, pp. 88-105, 2005

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEBRUN, François. **Os cirurgiões-barbeiros**. In: LE GOFF, Jacques. **As doenças tem história**. Lisboa: Ed. Terramar, 1985.

LINDEN, Marcel Van der. História do Trabalho para além das fronteiras. **Cad. AEL**, v. 17, n. 29, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MÜLLER, Ricardo Gaspar; MORAES, Maria Célia Marcondes de. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (orgs.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó – SC: Argos, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991, v. II.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: ADUFPG, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, v. I.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.